



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DA PREFEITA

LEI Nº 1.166, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022.

**APROVA O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DO
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL.**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA, ESTADO
DE ALAGOAS**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal
aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) do
Município de Santana do Ipanema/AL, constante do documento anexo, com vigência até
2032, que visa ao atendimento dos direitos da criança de até 6 anos de idade.

Art. 2º. Do Plano Municipal pela Primeira Infância, referido no art. 1º, constam
os princípios e as diretrizes, o diagnóstico da Primeira Infância no Município, as ações
finalísticas, as ações-meio e as diretrizes para a alocação dos recursos financeiros, o
monitoramento e a avaliação dos resultados.

§ 1º. As ações finalísticas tratam dos seguintes temas:

I – Qualificar profissionais para o atendimento humanizado, promovendo a
melhoria da qualidade do serviço prestado;

II – Realizar busca ativa de gestantes para garantia de identificação até 12ª semana
de gestação;

III – Implantar o fluxograma de mapeamento do pré-natal para todas as equipes
de saúde, com garantia de realização dos exames laboratoriais preconizados pelo
Ministério da Saúde e testes rápidos;

IV – Realizar busca ativa das gestantes que não estão com esquema vacinal
regular, assegurando o imunobiológico da rede municipal;

V – Implantar o Plano de Parto Humanizado em articulação com o
Hospital/Maternidade de referência;

VI – Promover o pré-natal do parceiro e visita a maternidade de referência, tendo
como base a importância da participação ativa do pai/companheiro/familiares;

VII – Implementar atividades educativas nas unidades básicas de saúde voltadas
para o apoio psicossocial da gestante e mães adolescentes em conjunto com a equipe
multidisciplinar;

VIII – Apoiar e induzir ações de promoção, proteção e apoio voltado à primeira
infância e ao aleitamento materno exclusivo;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DA PREFEITA

IX – Incentivar a disponibilização de salas de apoio à amamentação no local de trabalho;

X – Criar ações conjuntas entre as áreas da saúde, educação e assistência social, que visam à promoção do desenvolvimento pleno nos 02 primeiros anos de vida;

XI – Fortalecer o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, produzindo informações fidedignas para que as ações programadas sejam relevantes;

XII – Apoiar a alimentação complementar ao leite materno após o 6º mês de vida e o seguimento dos 10 passos para a alimentação saudável;

XIII – Avaliar o estado de saúde da mulher e RN, orientando e apoiando toda família em relação a importância da amamentação e promovendo oferta da triagem neonatal (teste do pezinho), acompanhamento do cartão de vacina do RN e puérpera, assegurando a continuidade do cuidado no território;

XIV – Garantir o atendimento de qualidade e em tempo hábil, para identificação precoce de situações que necessitam de intervenção;

XV – Disponibilizar a Caderneta de Saúde da Criança, instrumento de avaliação multidimensional, com foco nas visitas domiciliares para suporte a crianças/famílias de maior vulnerabilidade;

XVI – Garantir o atendimento integral à criança;

XVII – Implementar atividades de educação permanente para os profissionais da atenção primária à saúde com foco nas ações de controle da transmissão vertical do HIV;

XVIII – Desenvolver atividades de educação permanente de manejo adequado das gestantes com sífilis e seus parceiros sexuais para os profissionais da atenção primária à saúde;

XIX – Promover a saúde bucal das crianças na faixa etária de 0-6 anos;

XX – Implementar diretrizes de atenção e linhas de cuidado para doenças crônicas na infância;

XXI – Vacinação da puérpera e do recém-nascido;

XXII – Capacitar as equipes para a atenção às famílias de crianças com déficit nutricional e sobrepeso, identificação de sinais de maus tratos e negligência, bem como atenção à criança em situação de violência e transmissão de informações preventivas em relação a acidentes na infância;

1
f



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DA PREFEITA

XXIII – Detectar precocemente situações que requerem atendimento especializado, construindo fluxos de atendimento para crianças portadoras de Necessidades Especiais;

XXIV – Qualificar os profissionais da Atenção Básica na orientação e preparação da família quanto as situações especiais da criança, mantendo vínculo semanalmente até a adaptação familiar;

XXV – Fortalecer a rede de atendimento multiprofissional a fim de identificar, realizar intervenções precoces, com o apoio da família, envolvendo a criança com deficiência em ações que estimule o seu desenvolvimento;

XXVI – Ampliar e garantir o acesso a informações sobre direitos e deveres dos pacientes com necessidades especiais, nos serviços da APS;

XXVII – Implementar as diretrizes de atenção e linhas de cuidados específico, adaptados às necessidades dessas populações;

XXVIII – Realizar ações estratégicas nos territórios, com foco na saúde da criança aperfeiçoando as consultas de crescimento e desenvolvimento;

XXIX – Descentralizar a realização do Teste da orelhinha do Centro Diagnóstico para o Hospital;

XXX – Garantir apoio Psicológico às gestantes que apresentem distúrbios emocionais;

XXXI – Realizar palestras sobre saúde mental na gravidez com grupos de gestantes;

XXXII – Ampliar o número de Psicólogos para a Equipe Multiprofissional;

XXXIII – Acompanhar com atendimento psicológico as puérperas que apresentarem distúrbios mentais;

XXXIV – Orientar sobre a preparação para o parto no acompanhamento do Pré-Natal, fortalecendo o vínculo com a maternidade de referência;

XXXV – Assegurar apoio ao Pai/acompanhante e a família durante a realização do Pré-natal;

XXXVI – Garantir o acompanhamento das puérperas que necessitem de atendimento psicológico no período do Pós-Parto nos primeiros 7 dias;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DA PREFEITA

XXXVII – Acompanhar o pós-parto orientando e apoiando as puérperas e os RN's;

XXXVIII – Capacitar os profissionais em Saúde Mental das Secretarias Municipais que atuam diretamente com crianças;

XXXIX – Implementar Fluxo de encaminhamento adequado a serviços especializados;

XL – Implementar o Serviço de Atenção Psicossocial a crianças e adolescentes no CAPS I Irmã Leontia;

XLI – Garantia de acesso às crianças aos serviços de atenção psicossocial;

XLII – Criar equipe técnica específica na perspectiva da promoção a saúde, realizando informação, educação e comunicação;

XLIII – Organizar o acesso, adequar a oferta de serviços, fortalecendo a rede hospitalar e incluindo a expansão nos hospitais de referência para as gestantes e recém-nascidos de risco;

XLIV – Ofertar assistência adequada na maternidade a hora do parto, evitando contratempos que fazem com que a gestante percorra uma *via crucis* à procura de vaga;

XLV – Garantir quando necessário a realização do teste rápido para HIV no dia do parto;

XLVI – Apoiar a articulação da equipe de referência com o serviço de saúde que dará suporte para partos, envolvendo ambas no pré-natal e cuidado no puerpério;

XLVII – Assegurar o direito à presença do acompanhante durante o trabalho de parto, durante o parto e no pós-parto, conforme a lei nº 1.108/2005, e ao alojamento conjunto, inclusive na rede privada;

XLVIII – Apoiar o parto natural com segurança. A redução das taxas de cesáreas desnecessárias, incorporada como ação estratégica do pacto nacional pela redução da mortalidade materna e neonatal;

XLIX – Assegurar a presença de um pediatra treinado em reanimação neonatal em todos os partos institucionais;

L – Planejar, executar programas de preparação dirigidos aos pais visando favorecer uma paternidade responsável;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DA PREFEITA

LI – Habilitar o hospital amigo da criança e, nestes, dar a devida atenção ao vínculo mãe-bebê e estimular o envolvimento do pai na atenção neonatal;

LII – Implantação do banco de leite humano;

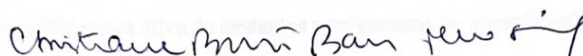
LIII – Assegurar ações da semana do bebê;

§2º. As ações-meio tratam da comunicação, da formação dos profissionais que atuam no atendimento de crianças e das diretrizes para a alocação dos recursos financeiros para a execução do PMPI do Município de Santana do Ipanema/AL.


Art. 3º As ações constantes do PMPI de Santana do Ipanema ficam incorporadas ao Plano Plurianual como ações transversais aos objetivos, às metas e aos programas do PPA.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Santana do Ipanema/AL, em 14 de dezembro de 2022.


CHRISTIANE BULHÕES BARROS MELO SILVA
Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Patrimônio e publicada no mural do prédio da sede da Prefeitura e nos lugares públicos, em 14 de dezembro de 2022.


ANTONIO DE PADUA NUNES BATISTA
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Patrimônio.